RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATRAVÉS DA CAMPANHA "NÃO AO PROSAVANA"[1]

Hélio Maúngue[2]

Resumo

No sentido de modernizar capitalizar a agricultura moçambicana, o Estado lançou o programa ProSavana, como um modelo de desenvolvimento rural e agrícola. A campanha "Não ao ProSavana" se manifestou como uma forma, não somente, de intermediação política, mas também de diálogo, conflito, plataforma de fala e de contestação perante ao Estado moçambicano e dos parceiros internacionais no programa. Procuramos olhar para a campanha "Não ao ProSavana" como uma aparição dos movimentos sociais, como grupos de pressão que excluídos dos processos de tomada de decisão e de formulação de políticas ou programas sociais, procuraram estabelecer contatos com o Estado para reverter essa situação. O trabalho, ajuda-nos a perceber como se encontram às

[1] Este texto é uma reflexão, ainda preliminar, da pesquisa para a tese de doutorado em curso, intitulado provisoriamente: "Desenvolvimento não 'e "bom" ou "mau": transformação social e as controvérsias no Corredor de Nacala em prol do desenvolvimento rural em Moçambique".

[2]Doutorando em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina/Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF/SPO/UFSC); Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM) /Moçambique; Bolsista CNPq/PEC-PG. https://orcid.org/0000-0002-5231-3418

dinâmicas participatórias e democráticas no desenho de políticas públicas para o desenvolvimento rural, bem como está visão sobre a *interface socioestatal* em Moçambique. Essa interface demostra a existência de diferentes visões de mundo sobre o desenvolvimento rural e consequente melhoria das condições de vida das comunidades. O fato do ProSavana ter sido concebido ao estilo *topdown*, se constituiu uma força para pressionar o seu fim.

Palavras-chave: ProSavana; Não ao Prosavana; interface socioestatal; transformação social; desenvolvimento rural.

Relationship between State and Society: a reflection on the relationship between the State and social movements through "Não ao ProSavana" campaign.

Abstract

In order to modernize and capitalize the Mozambican agriculture, was launched the ProSavana program, as a model of rural and agricultural development. The campaign "Não ao ProSavana" manifested as a form, not only of political intermediation, but also of dialogue, conflict, platform of speech and contestation against the Mozambican State and international partners in the initiative. We tried to look at a "Não ao ProSavana" campaign as an appearance of social movements, like pressure groups that, eliminated from decision-making processes and social policies or programs, pursued to establish contacts with the State to reverse the situation. This paper helps to understand how participatory and democratic dynamics in the design of public policies for rural development, as well as the vision of a socio-state interface in Mozambique. This interface demonstrates the existence of different points of view on rural development and the consequent improvement in the living conditions of the communities. The fact that ProSavana is a topdown style, constituted a force to press its end.

Keywords: ProSavana; Não ao Prosavana; socio-state interface; social transformation; rural development.

Introdução

Moçambique é uma nação jovem e em processo de consolidação de suas estruturas democráticas. Depois da independência de Portugal em 25 de Junho de 1975, após dez anos de Luta Armada de Libertação Nacional (LALN[3]) movida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o país experimentou períodos de governança de bases marxista-leninista, sendo o Estado o principal ator – economia centralmente planejada. Seguidos de anos de guerra civil[4] envolvendo a FRELIMO[5] e os militares da RENAMO[6], cujo fim aconteceu em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Durante o período da guerra o país assistiu a entrada das instituições da Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) com políticas de ajustamento estrutural[7], marcando início de uma economia de mercado.

Depois desse período, com a nova constituição de 1990[8] teve início o processo de liberdades civis e políticas, com aumento de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a possibilidade de grupos se organizarem em partidos políticos, marcando a passagem de um sistema de partido único para um sistema multipartidário – início da democratização. A guerra civil teve seu fim em quatro de outubro de 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Após o AGP o país passou sucessivamente por seis eleições Gerais[9] (1994, 1999, 2004, 2009,

[3]A LALN iniciou-se em 25 de setembro de 1964.

[4]Conhecida como a Guerra dos 16 anos ou Guerra de desestabilização de Moçambique.

5 Frente de Libertação de Moçambique, movimento que liderou a luta contra o colonialismo português e que depois se tornou em partido político e, atualmente é o partido no poder desde as primeiras eleições democráticas realizadas em 1994.

[6] Resistência Nacional Moçambicana (formada por grupo de dissidentes da FRELIMO) – atualmente o segundo maior partido político em Moçambique e o maior da oposição.

7 O Programa de Reabilitação Econômica (PRE) como a principal ação na época. A adopção PRE trouxe consigo a necessidade de reajustamento econômico e social, em que o papel do Estado seria redefinido e seria dada maior ênfase ao setor privado para o desenvolvimento do país numa situação econômica de mercado.

[8]Ratificada em 2004 e vigorando atualmente a Constituição aprovada em junho de 2018.

[9]Para eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República. Também denominadas eleições Gerais.

2014 e 2019) e cinco eleições autárquicas[10] (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018), ainda, o momento mais expressivo da democracia moçambicana.

No período colonial, as decisões que os camponeses tomavam sobre a maneira de como trabalhar a terra era condicionada, em grande parte, pela utilização de formas diretas e indiretas de compulsão da parte do Estado Colonial. Neste período o aparelho do Estado orientava à produção camponesa tendo em conta às necessidades da metrópole e não ao desenvolvimento do próprio campesinato. No entanto, iniciativas de modernização da agricultura e de produção de *commodities*, como era o ProSavana, alvo de reflexão neste texto, às necessidades dos moçambicanos parecem não ser o impulso principal, mas sim alimentar o capital estrangeiro mascarado de uma 'nova metrópole'.

Depois da independência, o papel central de dinamizar o processo de desenvolvimento da agricultura foi do Estado e do partido FRELIMO. As marcas de como se olhava a pequena agricultura no tempo colonial e no período subsequente a independência se manteve e, a agricultura continuou e continua sendo considerada a principal atividade de desenvolvimento da economia e tem esse destaque na Constituição da República. No entanto, os resultados das iniciativas de desenvolvimento deste setor não responderam ainda aos desejos de capitalizar e dar a respectiva importância da agricultura no desenvolvimento da economia.

Moçambique é um país agrário, com a maior parte da população residindo nas zonas rurais e praticando a agricultura tradicional e de subsistência, por sinal a principal atividade econômica do país. Desde a sua independência, muitas têm sido as iniciativas de melhorar as condições de vida das populações rurais e de 'desenvolver' o setor da agricultura. No entanto, a questão é por que até então o país não ter melhorado a prática da agricultura e ela ter contribuído para melhoria das condições de vida das populações rurais e das comunidades camponesas?

O ProSavana, uma das iniciativas recentes, apontava que visava satisfazer a crescente demanda por alimentos resultante do crescimento da população, geração de riqueza e melhoria das condições de vida (MASA[11], 2015), demostrando uma visão mais local e não globalizada. Contudo, desde que começaram iniciativas de implementação do programa muitos foram os prós e contras a imple-

[10]Eleições para estabelecimento das autarquias locais, como pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses das populações respetivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado. As autarquias locais se circunscrevem aos municípios e povoações.

[11] Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), atualmente Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER).

mentação do mesmo, com destaque de movimentos sociais contra a sua implementação, sendo a campanha "Não ao ProSavana" o maior expoente contra o programa, como se ela questionasse que 'melhoria de condições de vida é essa?". Perfazendo, assim, uma luta pela definição de melhores condições de vida, que para a campanha não era o foco do programa.

Para os propósitos deste texto, os movimentos sociais que configuram a campanha "Não ao ProSavana" são aqueles que têm uma interação contenciosa envolvendo demandas mútuas, desafiantes e detentores do poder em nome de uma população sob litígio (TILLY, 1993), cuja soberania pretendem defender. Atuam como mediadores, mas esses mediadores não atuam como união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais, eles constroem nessa interação as representações de mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabilizam este modo especifico de interligação (NEVES, 1998), tornando-se agentes sociais que se mobilizavam contra o programa.

O ProSavana é uma questão atual e marcante na sociedade moçambicana e mobilizava debates entre ONG's, organizações da sociedade civil, associações comunitárias de base, políticos, acadêmicos entre outros atores em defesa e contra. Num país com fraca tradição de diálogo Estado-sociedade torna-se importante perceber o comportamento e ações da sociedade civil e das comunidades camponesas e rurais envolvidas na questão e, como fazem frente às políticas governamentais ou aos modelos de desenvolvimento rural 'impostos' pelas organizações internacionais em parceria com o Governo, como era, alegadamente, o caso do ProSavana.

Assumimos que o processo de interação Estado-sociedade civil é um elemento para entendermos o desenvolvimento de uma democracia, sendo que os potenciais benefícios democráticos dessa interação devem ser acompanhados academicamente e/ou testados empiricamente, considerando-se seus diferentes contextos sociais (LUCHMANN, 2014). No entanto, há uma heterogeneidade nessa sociedade civil, nos seus desdobramentos e relação com o Estado, principalmente no campo dos movimentos sociais, e essa relação têm sido objeto de pesquisa nas áreas de Ciência Política, da Sociologia, da Sociologia Política (MUTZENBERG, 2011) e nas Ciências Sociais no geral, mas em Moçambique ainda é ténue o número de pesquisas com esse recorte.

Portanto, nossa tentativa é olhar para a campanha "Não ao ProSavana" como uma aparição dos movimentos sociais como grupos de pressão excluídos dos processos de tomada de decisão e de formulação de políticas ou programas

sociais. Como formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da re-apropriação de tempo, espaço e relações cotidianas com o Estado e outros agentes tomadores de decisões (LIMA; NUNES, 2004; ALONSO, 2009) moçambicanos e estrangeiros.

O texto está dividido em sete partes, incluindo a introdução; depois caracterizamos o ProSavana; em seguida caracterizamos o problema do texto; depois descrevemos a metodologia; em seguida apresentamos a perspectiva analítica; depois fazemos uma análise da interação Estado-sociedade através da campanha "Não ao ProSavana" e; por último às considerações.

Prosavana: breve contexto

O continente africano foi no passado alvo de potências imperialista, antes e durante a colonização. Depois das independências africanas e, principalmente, nas últimas décadas faz parte da cobiça de grandes investidores. Desde 2008, empresas estrangeiras olham para o continente em busca de terras férteis para a produção de *commodities* agrícolas para exportação. Esta corrida por terras agrícolas africanas é uma consequência da crise dos preços dos alimentos de 2008, o que tornou difícil para os países dependentes da importação de alimentos adquirir os alimentos de que necessitam à preços acessíveis. A África, neste sentido, é vista como um dos novos campos por explorar, onde *commodities* agrícolas podem ser produzidos de forma barata e exportados para suprir a procura crescente no mundo (UNAC; GRAIN, 2015), principalmente de grãos.

Nesse processo a África subsaariana[12] tem sido alvo de aquisição de áreas de cultivo, para a produção em grande escala, em resposta a crise global de alimentos, e decorrente disso, foi lançado o maior projeto de agricultura do continente, o ProSavana, em Moçambique, na região norte, concretamente na região denominada Corredor de Nacala. Resultante de uma cooperação triangular entre o Brasil, Japão e Moçambique com vista a introduzir produções agrícolas comerciais, 'uma espécie de colonialismo agrário', que visava o lucro via cultivo

[12]Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (Bird) publicaram, em 2009, um estudo um faz um prospeto sobre a agricultura comercial na savana da Guiné, que abrange 25 países, incluindo Moçambique, com um potencial de terra para cultivo de 400 milhões de hectares, dos quais somente 10% se encontram em uso, corporificando o despertar de um gigante africano adormecido (THE WORLD BANK; FAO, 2009).

de culturas comerciais – *comoditties* - em detrimento da Agricultura Familiar e agroecológica.

Na última década, Moçambique passou a ser visado, também, pela sua quantidade de terras[13] 'disponíveis' principalmente para a produção agrícola baseada no agronegócio. Não se pode esquecer que o país não está imune à influência das perspectivas trazidas pelas ideias de uma nova 'Revolução Verde' para a África e pela criação da Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional para o continente. É de ressaltar que a crise alimentar de 2008 e suas consequências têm sido utilizadas para justificar tais iniciativas, pode-se dizer que a idealização do ProSavana surgiu nesse contexto e se entrelaça com estas perspectivas (ARAGÃO, 2017).

Fazendo parte da atual relação e cooperação Sul-Sul e lançado em 2009, o ProSavana era um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e o Instituto de Investigação Agrária (IIAM); Brasil, pela ABC e Embrapa, e Japão, pela JICA[14]. Era a maior iniciativa de cooperação da história do Programa de Parceria Japão-Brasil (PPJB), lançado em 2000. Sua estrutura compreendia a execução de projetos de cooperação técnica que, conforme consta nos documentos oficiais, contribuam para o desenvolvimento agrícola do país (AGUIAR; PACHECO, 2016). Tinha como objetivo melhorar a vida dos habitantes, especialmente à dos pequenos produtores ao longo do Corredor de Nacala[15] e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da área, o qual se dividia em três projetos: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala (ProSavana-PI); Plano Diretor (ProSavana-PD) e o Projeto de Extensão (ProSavana-PEM) (MASA, 2015).

[13]A terra foi estatizada, em 1975, e os investimentos em saúde e educação ganharam impulso com as nacionalizações de hospitais e escolas. Atualmente decorre a revisão da lei de terras.
[14]Sigla em inglês da Agência Japonesa de Cooperação.
[15]Esta região foi alvo de melhoria de infraestruturas ferroviárias para o transporte de mercadorias até ao porto de Nacala, por parta dos japoneses. É nesta cidade portuária que a empresa brasileira Vale exporta maior parte do carvão mineral, que extai das minas de Moatize, na província de Tete, também em Moçambique, e uma das maiores reservas do minério no mundo. Em Nacala também se encontra o segundo maior aeroporto do país, construído pela brasileira Odebrecht e inaugurado em 2014, através de um empréstimo do BNDS ao governo moçambicano. No entanto, o mesmo é considerado um 'elefante branco'.

O Plano Diretor[16] (PD) do ProSavana, principal elemento de contestação, tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região, promovendo investimentos em sistemas de produção sustentáveis e redução da pobreza. O mesmo PD e artigos publicados na imprensa descreviam a região como pouco povoada e com terras livres e disponíveis para serem ocupadas por uma agricultura 'moderna', isto é, como passível de estruturação da modernização da agricultura moçambicana, via transformação social da região. Ao longo da região os camponeses mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária, bem como desenvolvem seus modos de vida, cultura e tradições, sendo que sua história e experiências sociais, culturais e econômicas são totalmente desconsideradas nos estudos e documentos contratados pelos governos (SCHLESINGER, 2013).

O ProSavana, no Corredor de Nacala, se enquadra na definição de Corredor que o antropólogo brasileiro Wagner de Almeida apresenta, na medida que engloba capital internacional, ação/presença do Estado através de coalizações, ou seja, explicita uma ampla coalização de interesses que articula empresas mineradoras, dos agronegócios e do ramo de seguros e de administração de fundos[17], empenhadas na financeirização de ações ditas 'ambientais'. Compreende também atos do Estado e grandes agências ambientalistas intimamente afinadas com as chamadas 'agroestratégias' e com o 'conservacionismo'. Em todas elas enfatiza-se o quadro natural em detrimento de unidades sociais (grupos, comunidades e povos) (ALMEIDA, 2018), como a campanha "Não ao ProSavana" procurava destacar no que diz respeito aos reais interesses do programa.

Portanto, o ProSavana era um modelo de desenvolvimento que queria transformar o Corredor de Nacala, em Moçambique, num lugar de produção de

[16]O Plano Diretor inicial para o desenvolvimento da agricultura do Corredor de Nacala foi elaborado pela FGV-Projetos, através de um contrato feito pela ABC- Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Confira em: https://fgvprojetos.fgv.br. A versão mais recente estava sendo encabeçada pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique e é sobre a elaboração do mesmo alguns dos focos de contestação ao ProSavana.

[17] Relacionado com o ProSavana foi concebido o Fundo Nacala um instrumento financeiro privado internacional, concebido para financiar projetos agrícolas na região do Corredor de Nacala. Embora o Fundo Nacala tenha sido concebido como um mecanismo de fomento de atividades de natureza privada, diversos fatores têm contribuído para que não esteja claro, para o público geral, onde termina a iniciativa dos governos e atores envolvidos na condução do Programa ProSavana e onde começa a atuação a ser promovida pela iniciativa privada por meio do Fundo Nacala (AMORIM, 2015).

matérias-primas, as chamadas *commodities*, como está acontecendo no Brasil, no Cerrado Brasileiro.

Caracterização do problema

O país ficou independente pela ação de movimentos[18] de base popular que se uniram e deram origem à um movimento guerrilheiro para lutar contra o colonialismo, que depois se torna partido político, a FRELIMO, em 1962. Depois do período da guerra civil e com a nova constituição teve início no país o processo de liberdades civis e políticas, com aumento da organização da sociedade civil, aparecimento de ONG's nacionais e internacionais, possibilitando uma abertura para que Estado e sociedade civil enfrentassem, conjuntamente, os graves problemas sociais e econômicos em que vivia e vive o país, tal abertura também significou liberalização econômica e de fronteiras para o capital internacional, para além dos interesses de ajuda humanitária.

Em África, as manifestações e protestos populares pacíficos contra um determinado governo, uma figura política ou uma decisão do governo não são novidade. Moçambique, no entanto, segundo Bata (2019) não tem seguido esse caminho e a pergunta que se coloca é por que não se registam manifestações populares pacíficas mesmo diante da má governação e gestão da coisa pública?

A Constituição da República e legislação específica garantem aos moçambicanos várias liberdades, como por exemplo, liberdades de associação[19], de manifestação, de expressão, de imprensa e o direito à informação. A criação de associações, comumente chamadas organizações da sociedade civil, é encorajada, mas ao mesmo tempo suas ações não parecem ser tão livres, sendo que o Estado conserva o direito de controle, à limitação e repressão de movimentos populares, que supostamente colocam em causa a segurança estatal, a ordem e tranquilidades públicas (MONJANE, 2016).

[18] União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Ainda dentro da então formada FRELIMO surgiu a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), braço feminino da FRELIMO e uma das organizações socais do mesmo.

[19] No entanto, até hoje a única associação LGBTQ do país ainda não tem o seu direito autorizado, mesmo lutando para os direitos das minorias sexuais. Porém, esse é um outro assunto, mas que serve para entender a situação da relação entre o Estado e alguns segmentos coletivos da sociedade.

Este fato restringe o contato que os movimentos populares e/ou sociais têm com as ruas como espaço de contestação, de diálogo com o Estado e de manifestação democrática[20], desenvolvendo-se uma 'cultura de medo' em virtude da ação opressora do Estado. A contribuição weberiana para entender a ação do Estado como sistema de dominação onde os indivíduos aceitam, acedem e obedecem às regras em tornos das modalidades exercício de poder ou ações que influenciam comportamentos (WEBER, 1982) ajuda a entender esta questão da presença nas ruas.

O Estado, no desempenho de suas funções e atividades, estabelece diversas e variadas formas de interação com cidadãos, empresas e atores sociais organizados e não organizados. Em regimes democráticos, tais interações tendem a ser ainda mais ampliadas, incidindo frequentemente sobre os processos decisórios relativos ao desenho de políticas e ao seu controle (PIRES; VAZ, 2014), sendo que em Moçambique esta interação ainda é tênue ou está construção.

Nas últimas quatro décadas da independência e quase três da transição democrática, somente nos anos de 2008, 2010 e 2012[21] o país assistiu manifestações contestatórias espontâneas contra ao governo, dignas de registo e com resultados positivos, principalmente contra elevado custo de vida (aumento do preço do pão, preço do transporte, preço do combustível, etc.), mesmo se tratando de uma manifestação da sociedade civil não organizada.

No entanto, a campanha "Não ao ProSavana" é um movimento organizado que rejeitava a implementação de um ambicioso programa de desenvolvimento agrícola de larga escala, sendo o programa de desenvolvimento mais resistido[22] no país (CAMPOS, 2016; MONJANE, 2016) e, que excluiu as organizações camponesas e outras no processo participativo de formulação do Programa, ou, como refere Bourdieu (1979) fez com que aqueles que não têm futuro tivessem

[20]Aqui, podemos destacar que no índice de democracia elaborado anualmente pelo *The Economist* a posição de Moçambique de um país de 'regime híbrido' em 2017 passou para um 'regime autoritário' em 2018.

[21]Em 2019, no mês de junho, fruto de uma ação/campanha da sociedade civil, através de um grupo de organizações fez um baixo assinado e depositou no Conselho Constitucional, este último declarou nulidade às dívidas soberanas que o país contraiu. No entanto, um dia seguinte o presidente do Conselho Constitucional retirou-se do cargo. Este ato ajuda a entender o papel da sociedade civil, por um lado, e a separação dos poderes, por outro lado.

[22]No entanto existem focos de contestação ao modo de operar da VALE em Moçambique, principalmente no que diz respeito ao processo de reassentamento e de indeminização das populações próximas ao megaprojeto.

poucas possibilidades de formar o projeto individual, de criar seu futuro ou para trabalhar no advento de um futuro coletivo.

A abordagem mercadologia e de produção de *commodities* do programa fez surgir em 2014, a quando da segunda[23] conferência triangular dos povos, em Maputo, a campanha "Não ao ProSavana", envolvendo movimentos sociais dos três países envolvidos no programa, não tendo existido, no entanto, uma negociação ou interação direta como os três governos. Assim, a campanha é fruto de um descontentamento expressado por meio de movimentos sociais, ONG's e associações de pequenos produtores[24] moçambicanos. Era manifestada de diversas formas, entre elas envio de cartas[25] aos presidentes do Brasil, Moçambique e ao Primeiro-Ministro Japonês, comunicados de imprensa contestando a falta de interação e resposta por parte dos três governos provocando uma comoção global de organizações, principalmente brasileiras e japonesas, dando um caráter internacional à campanha.

Essa internacionalização percebeu-se nos esforços de divulgação e engajamento de organizações e movimentos sociais em outros países, especialmente dos países vizinhos, para dar visibilidade aos impactos da iniciativa e ao mesmo tempo buscar apoio para a Campanha "Não ao ProSavana" (FERREIRA, 2012; CAMPOS, 2016). Esse vínculo transnacional tornou-se mais importante à medida em que o processo de contestação evoluía (SHANKLAND; GONÇALVES; FAVARETO, 2016).

A campanha se manifestava em fortes contestações contra o que se receava ser um caso de *land grabbing* no Corredor de Nacala (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016), isso na medida em que apontavam haver discrepâncias e contradição nas poucas informações da documentação disponível. Demostrando indícios de viciação na concepção do programa, irregularidades no processo de consulta, auscultação e participação pública com fortes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que

[23] A primeira aconteceu em Agosto de 2013 em Maputo e a Terceira em Novembro de 2018 em Tóquio.

[24]Tem destaque o papel da União Nacional dos Camponeses (UNAC) na articulação com organizações e movimentos sociais estrangeiros. Essa interlocução favoreceu o intercâmbio de informações e experiências, bem como contribuiu para melhorar a acuidade das análises de conjunturas políticas e econômicas, fortalecendo laços de solidariedade e identificando possíveis impactos na sociedade moçambicana das decisões do governo do país em nível transnacional.

[25]Por exemplo, a primeira das cartas: https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana. Acessado em 09.005.2019

ocupam atualmente para dar espaço ao ProSavana, algo no entanto negado pelo Plano Diretor (MASA, 2015).

Todavia, o que fez forte às manifestações da campanha à implementação do programa é que o mesmo podia colocar em causa a questão de posse da terra onde os pobres das famílias rurais e os pequenos produtores produzem para alimentar suas famílias. Assim, olhamos para o programa como parte de um modelo de desenvolvimento ou uma "nova moda" de desenvolvimento rural (NEGRÃO, 2009), onde a sua pretensão de melhorar às condições de vida das famílias rurais não se manifesta como inclusiva dos beneficiários e da sociedade civil, no seu desenho.

A usurpação da terra é um dos fenômenos que ensombra o futuro da agricultura familiar no mundo, principalmente com o avanço do agronegócio. Embora a agricultura familiar continue a ser a forma predominante, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento, em alguns países, as grandes corporações e companhias agrícolas, como o ProSavana, estão a expandir os seus territórios, retirando espaço e competitividade às pequenas unidades familiares (MUTEIA, 2015). Com efeito, numa economia estacionária como das comunidades rurais do Corredor de Nacala onde a quantidade de bens possuídos, principalmente a terra, o enriquecimento de um supõe o empobrecimento do outro (BOURDIEU, 1979) via usurpação da terra.

Portanto, há um entendimento que a concepção do programa partiu de discussão entre membros de agências estatais e governos sem considerar, efetivamente, o posicionamento da população que seria atingida pelas mudanças decorrentes dele (ARAGÃO, 2017), visão *topdown* na concepção. Neste sentido, o problema deste texto pode se resumir na seguinte pergunta: Qual foi o posicionamento e ação das organizações da sociedade civil e associações camponesas das comunidades face ao ProSavana e quais são seus impactos?

Metodologia

Em função da divergência de participação e de visões de mundo, os atores fundamentais deste processo de transformação social, via melhoria das condições de vida das comunidades rurais ou via da defesa dos modos de vida tradicionais dessas comunidades, são, por um lado o Estado Moçambicano e seus

parceiros internacionais, e por outro lado a sociedade civil/movimentos sociais, encabeçada pelas ONG's nacionais e estrangeiras (principalmente do Brasil e do Japão) e as associações comunitárias de base. Não tendo feito ainda uma observação, nem entrevistas e contatos diretos, as informações e dados coletados para esta análise se baseiam numa revisão de documentos escritos que legitimam as ações e práticas institucionais (relatórios, comunicados de imprensa, reportagens e artigos publicados pela imprensa digital e pelas redes sociais), cartas, manifestos e outras publicações elaboradas pela campanha "Não ao ProSavana"; reportagens e artigos disponíveis em sites noticiosos, bem como trabalhos acadêmicos sobre o ProSavana.

Transformação social como perspectiva analítica

A ideia inicial e/ou objetivo do ProSavana de melhorar às condições de vida das populações, via transformação social, em especial dos pequenos produtores (MASA, 2015), partia do princípio que há que engendrar uma mudança social na forma de ser e estar desses sujeitos, ou seja, da forma como eles olham e desenvolvem a agricultura "impondo-lhes" um novo *habitus*[26] agrícola. Na medida em que, o desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia moderna conduzem e supõem transformações sistemáticas do *habitus* através da imposição e submissão forçada a ordem econômica importada pela 'neocolonização', que pode determinar o desmoronamento das normas, dos esquemas que, tradicionalmente, regiam as condutas econômicas (BOURDIEU, 1979) de alguns grupos sociais.

Lidando com o processo de construção do ator social e de sua respectiva posição, possível pelo encontro de mundos sociais que, por múltiplas mediações, se tocam mas não se confundem, a proposta de análise da transformação social deve incorporar o estudo de expetativas, dos projetos e dos interesses dos diversos agentes envolvidos no jogo das forças que permite as reordenações subjacentes à própria mudança. Supõe, assim, a construção de totalizações provisórias – constituídas pelas ações de agentes diferenciados em termos de identidades,

[26] "[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los" (BOURDIEU, 2009, p.88).

posições, reivindicações e representações a respeito da ordem social (real ou desejada) – expressas pela elaboração de projetos futuros coletivos consubstanciados em dissensões e reciprocidades (VELHO[27], 1982, *apud* NEVES, 1997).

A ideia de tomarmos a transformação social como perspectiva de análise é porque queremos olhar se essa transformação é parte de um processo inclusivo, dialógico e democrático que a relação Estado-sociedade, ou seja, interfaces socioestatais preconizam. Na medida em que, a interface socioestatal é um espaço de iteração de sujeitos individuais ou coletivos intencionados e portadores de projetos sociopolíticos específicos, marcado por relações (comumente) assimétricas de troca, disputa, conflito e, por vezes, definições de visões de mundo. Assim a noção de interface socioestatal tem atenção aos encontros entre atores estatais e atores sociais, e para o conhecimento ou conteúdo produzido nessa interação (PIRES; VAZ, 2014).

Desta perspectiva, os programas de desenvolvimento rural, como o ProSavana, são analisados como um dos instrumentos de ação do Estado e de expressão de disputas em torno de recursos e de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos. As disputas, portanto, são compreendidas como constitutivas das ações sociais, políticas em especial, em que grupos de interesse se constituem no confronto travado em campos sociais determinados, bem como em instâncias do aparato estatal, onde as conquistas podem ser legitimadas, institucionalizadas e legalizadas (NEVES, 1998). Nesta reflexão a campanha "Não ao ProSavana" e o Estado moçambicano e seus parceiros perfazem dois grupos de interesse divergentes e com objetivos bem discriminados.

Sendo o ProSavana um programa que carregava diferentes expetativas, projetos, futuros, interesses e visões de mundo dos diversos agentes envolvidos, a questão essencial era que ideia de futuro vincaria nas comunidades do Corredor de Nacala. O futuro proposto pelo Estado e seus parceiros internacionais (capital internacional) ou o futuro proposto pelos movimentos sociais como agentes mediadores das comunidades rurais? Portanto, na proposta de transformação social no Corredor de Nacala e das expectativas dos diferentes intervenientes,

> *o futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a cons-*

27 VELHO, Otávio Guilherme. As bruxas soltas e o fantasma do funcionalismo. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, Rio de Janeiro, n. 48, 1984.

> *ciência que tem de sua consciência: com efeito, o futuro objetivo pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o principio objetivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu habitus, objetivamente interiorizada, disposição permanente adquirida numa situação, sob a influência dessa situação (BOURDIEU, 1979: 134).*
>
> Portanto, para as pretensões desta reflexão, a transformação social com vista a melhoria das condições de vida e com isso a expetativa de um 'futuro melhor' para as comunidades visadas deve ser compreendida como parte de um processo que se deseja interativo entre Estado-sociedade, onde as partes estão conscientes do desejado.

A interface socioestatal da campanha "não ao prosavana"

A literatura sobre participação tem examinado as variações entre as experiências participativas em relação ao nível da democracia de uma sociedade, além de seu impacto nas decisões públicas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), fato que de forma ténue aconteceu com o ProSavana. Contudo, na atualidade, o nível de democracia de uma sociedade é também avaliado pela inclusão dos movimentos sociais como elemento essencial da política normal (GOLDSTONE, 2003) e pela capacidade de interação dos mesmos com o Estado, como aprimoramento dos espaços de participação e do papel da sociedade civil no desenho de políticas públicas, de projetos e/ou programas de desenvolvimento (GURZA LAVALLE, 2003), como a iniciativa aqui refletida.

A campanha "Não ao ProSavana" surge como forma de discussão política contra a iniciativa de implementação do modelo de agronegócio de produção de *commodities*, sendo um dos motes que a campanha criticava, a falta de transparência, de inclusão e de consulta da sociedade civil no processo (KUSS, 2017). Algo que alegadamente podia levar a usurpação das terras dos pequenos agricultores da área abrangida, daí que organizações e movimentos sociais moçambicanos, brasileiros e japoneses, principalmente, bem como de outras partes da África e do mundo terem-se mobilizado contra. Na medida em que, não podem

ligar a melhoria da condição de vida das comunidades à uma transformação radical do sistema (BOURDIEU, 1979) sem haver um processo de diálogo como os beneficiados.

A campanha usava os diferentes meios de comunicação para disseminar suas bandeiras de luta e os impactos das ações já adotadas ou por serem adotadas pelos governos envolvidos e as corporações, ao passo que, esses últimos blindavam-se, assumindo a transparência como um mecanismo de gestão de possíveis crises e riscos de suas imagens e reputações no processo de implementação do programa (CAMPOS, 2016), sem nenhuma preocupação com as comunidades abrangidas. Então o objetivo da campanha era buscar modelos alternativos, modelos que podiam suportar a agricultura camponesa, modelos que dialoguem com as visões da sociedade civil e das comunidades que pelas quais atuam como mediadores, revelando uma não democratização e fraco exercício de cidadania do processo decisório do programa.

No processo de mediação e de interação socioestatal os movimentos sociais tiveram uma cisão, dando origem a movimentos que não subscreviam a campanha "Não ao ProSavana" e que criticaram o tempo perdido pela resistência ao ProSavana, querendo fazer parte do processo pró-ProSavana ativamente e colaborar com o governo (ELIA, 2017). No entanto, nessas condições é preciso ter em conta que pertencer ao grupo – "Não ao ProSavana" – devia significar ter ao mesmo comportamento, pois, adotar ritmos desusados, itinerários próprios, significa já excluir-se do grupo (BOURDIEU, 1979) e algum momento desvirtuar o sentido da contestação, até enfraquecê-la, o que não aconteceu, pós a campanha aparentemente se manteve firme até ao cancelamento do programa pelo Governo moçambicano.

Essa cisão, aparentemente, demostra ser um processo de cooptação[28] de uma ala dos movimentos por parte da JICA e do Estado moçambicano através do MASA, sendo que segundo a campanha em algumas reuniões preparatórias haviam sido convidados apenas "os que demostravam boa vontade" e eram aprovados pela JICA e pelos dirigentes do ProSavana, enquanto aqueles que fazem parte da campanha "Não ao ProSavana", incluindo a UNAC e as suas uniões provinciais, foram excluídos e "desconsiderados em termos de negociações" (NÃO AO PROSAVANA, 2016). Situação que pode demostrar também que essa par-

[28]Aspecto que a pesquisa pretende aprofundar e seu efeito na campanha "Não ao ProSavana" por parte dos movimentos sociais moçambicanos.

ticipação é um espaço de posições ocupadas numa concorrência por recursos políticos (NEVES, 1998) que uns podem deter mais que outros.

Estudos apontam que com a chegada das oportunidades, que alegadamente se abririam com o ProSavana, poderia chegar também a usurpação de terras, impactos ambientais, condições laborais precárias, violação dos direitos das populações tradicionais, corrupção, entre outros (SANTARELLI, 2016). Como o programa era de inspiração do que ocorre no Cerrado Brasileiro, poderia ocorrer também a importação, de acordo com SCHLESINGER (2013), das contradições brasileiras entre, por um lado, a agricultura de larga escala, com sistema baseado em extensos monocultivos, concentração de grandes propriedades de terra por meio de grilagem, baixo emprego da força de trabalho local e, por outro lado, os sistemas de alimentos com base familiar, camponesa e agroecológica. Entretanto, mesmo que tenha sido construída na base duma aparente 'tradição' de estabelecimento de consensos para a manutenção do paradigma de desenvolvimento e concretização de projetos decorrentes, a idealização do ProSavana pareceu que não levou em consideração tais aspetos (ARAGÃO, 2017), mobilizando a contestação até o fim do mesmo.

O MASA e os seus parceiros internacionais continuaram firmes na implementação do ProSavana e buscaram, principalmente o MASA, consensos e se manifestando abertos para troca de informação e auscultação com todos intervenientes do setor agrário para que se tenha um instrumento necessário para implementação do programa (MASA, 2019), algo que não foi sustentável para se seguir com o programa. No entanto, os camponeses e a sociedade civil que encabeçou a campanha congratulam-se com a decisão do fim do ProSavana, mas há quem desconfie porque esse cancelamento pode ser uma forma de desviar atenções pois o Japão, principalmente, continua de olho no Corredor de Nacala para produzir soja e milho para alimentar as industrias pecuárias e alguma indústria alimentar humana porque este país não tem boas condições de produção (SILVA, 2020).

A forte a oposição nacional e internacional ajudou a eliminar o programa e a inviabilizar alguns dos seus componentes mais agressivos no que diz respeito a usurpação de terras, o que não significa que o governo moçambicano e as empresas estrangeiras desistiram de assumir o controlo das terras e recursos hídricos da região para o agronegócio em larga escala. Isso porque, o governo está completamente dominado por uma ideologia neoliberal que depende estritamente de investimento estrangeiro para desenvolvimento dos principais setores

econômicos e sociais como agricultura, infraestrutura, pesca, turismo, extração de recursos, saúde e educação (UNAC; GRAIN, 2015) numa perspectiva não inclusiva da sociedade civil. Assim, pode-se pensar na existência de um padrão neocolonial de relações com a qual se pretende favorecer os interesses de grandes capitais internacionais e moçambicanos, que pode levar ao surgimento de conflitos de terras, deslocamento de populações e o aumento da pobreza (ALCAIDE; TEJEDA, 2018).

O fim do ProSavana, deixa claro que há que investir no papel das auscultações públicas na tomada de decisão e como um mecanismo participativo por parte das comunidades visadas e outras formas de manifestação da sociedade civil na formulação de iniciativas de desenvolvimento rural. Fato que pode produzir uma decisão resultante da participação de atores sociais, individuais e coletivos, dotados de vários e diferentes pontos de vista e visões de mundo sobre a questão de desenvolvimento rural, sem configurar uma imposição ao estilo *topdown,* ou seja, tornaria o processo de transformação social mais consensual e coletivo. Portanto, mesmo se o Governo quisesse avançar, estaria assumindo e avançando em um modelo de desenvolvimento que semeava discórdia nacional e internacionalmente.

A consulta e auscultação deve ser um processo onde as populações camponesas são consideradas protagonistas, sujeitos portadores de direitos e, portanto, beneficiários principais de um programa que visa se instalar em seus territórios. Para tal, estas, devem ser escutadas no nascedouro de qualquer proposta, e esta deveria ter como premissa as experiências e propostas das populações, pois, consulta não é chegar às comunidades para avisar que o ProSavana está começando dando informações vagas, distorcidas, enganosas e contraditórias (SCHLESINGER, 2013) como foi contestado pela campanha "Não ao ProSavana". Na medida em que, para a campanha as informações sobre o programa eram obscuras e pouco divulgadas e, desde 2013, têm-se registado continuas ameaças e violações dos direitos humanos contra as pessoas e líderes das uniões de camponeses que mostram reservas o que se opunham ao programa (NÃO AO PROSAVANA, 2016), sendo que "trata-se da sobrevivência do tradicionalismo que é ignorado como tal, isto é, como escolha que se ignora" (BOURDIEU, 1979: 50) em detrimento das *commodities.*

Considerações finais

A forma de atuação por parte do Estado moçambicano no processo de implementação do ProSavana e a sua relação com os movimentos sociais, encabeçados na campanha "Não ao ProSavana", ajuda-nos a perceber como se encontram algumas das dinâmicas participatórias e democráticas no desenho de políticas públicas em Moçambique, bem como a visão sobre a *interface socioestatal*.

Essa relação demostra a existência de diferentes visões de mundo sobre o desenvolvimento rural e consequente melhoria das condições de vida, onde de um lado temos uma visão *neocapitalista* que aposta em um desenvolvimento via agronegócio e modernização da agricultura, com apoio de alguma parte dos movimentos sociais, e de outro lado um desenvolvimento que aposta na agricultura tradicional familiar e agroecológica. Estes últimos, na forma de sociedade civil organizada, que pela forma de agir também busca produzir novos saberes e conhecimentos tendo como referência a sua prática social, nos embates e pressões que realiza junto ao Estado e o capital internacional (CAMPOS, 2016).

A forma de atuar da campanha "Não ao ProSavana", através de suas redes e articulação internacional – internacionalização da campanha – principalmente com movimentos sociais brasileiros e japoneses criou uma espécie de cooperação Sul-Sul entre movimentos, como uma coalização de novos saberes e reforço do capital social dos movimentos. A mesma seguiu resistindo contra a hegemonia de um sistema econômico, político, social e cultural que serve a poucos e tira muito daqueles que menos têm (ARAGÃO, 2017), provocando o enriquecimento e o empobrecimento do outro (BOURDIEU, 1979).

O ProSavana pode se enquadrar no atual processo de *estrangeirização* da terra e expansão do agronegócio, bem como uma distorção da cooperação Sul-Sul baseada nos princípios de solidariedade internacional entre países em desenvolvimento em virtude da possível usurpação da terra nas comunidades abrangidas, sendo que os pequenos agricultores corriam o risco de serem transformados em mão-de-obra barata e com contratos precários por tempo determinado e indeterminado, bem como não poderiam desenvolver a sua agricultura de subsistência com acontecia antes desta iniciativa.

O fato de ter sido um modelo de desenvolvimento concebido ao estilo *top-down*, se constituiu uma força para terminar com a implementação do mesmo. Sendo que às organizações da sociedade civil e às associações camponeses que encabeçam a campanha "Não ao ProSavana" se mantiveram em estado de alerta

permanente uma vez que, mesmo com o ceticismo e/ou "desistência" dos principais parceiros do governo moçambicano, o Estado moçambicano ainda tinha no ProSavana uma estratégia de desenvolvimento rural com intuito, alegadamente, de "melhorar às condições de vida das populações rurais".

No entanto, esta análise pode questionar em que medida a campanha "Não ao ProSavana", em que os movimentos sociais moçambicanos foram protagonistas, são indícios de uma nova cultura política e forma de ser e estar num país em consolidação de suas estruturas democráticas em que a sociedade civil consegue colocar em cheque o Estado.

RECEBIDO em 25/04/2021
APROVADO em 12/07/2021

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria E. **A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique**: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

ALCAIDE, Xavier; TEJEDA, Joana. Percepciones sobre el impacto de ProSavana en Mozambique, y formas de restencia sociales y campesinas. Revista de Paz y Conflictos, v. 11, n. 2, p. 71-93, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Corredores logísticos e povos e comunidades tradicionais: estratégias globalizadas de desenvolvimento e seus efeitos sociais - Brasil, Moçambique, Quênia e Índia. In: XXXVI International Congress of the Latin American Studies Association, Latin American Studies in a Globalized world. 23 e 26 de maio de 2018, Barcelona.

ALMEIDA, Elga L. De. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática**: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva. 2015. 233f. Tese (Doutorado em Administração) – Nucleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, v. 76, p. 49-86, jul. 2009.

AMANOR, Kojo S; CHICHAVA, Sérgio. South–South cooperation, agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. World development. v. 81, p. 13-23, 2016.

AMORIM, Alice. **Fundo Nacala**: estrutura original e desdobramentos. Rio de Janeiro: FASE, 2015.

ARAGÃO, Fernanda. **Vozes de Nacala**: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSavana. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BATA, Rafael. **Poder popular e manifestações pacificas em África, por que Moçambique é actualmente uma excepção?** Maputo, 2019. Disponível em: http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/68484-selo-poder-popular-e-manifestacoes-pacificas-em-africa-por-que-mocambique-e-actualmente-uma-excepcao-por-raul-barata Acessado 10.05.2019.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____ **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPOS, André L. De. **Enlaces e entraves para a soberania alimentar e nutricional**: movimentos sociais no contexto das relações Brasil-Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura. 2016. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ELIA, Gianluca. **A cooperação brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola africano**: Segurança alimentar e nutricional e agronegócio em Moçambique. 2017. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FERREIRA, M. de Souza-Bandeira. **O papel das relações interpessoais na condução do ProSavana JBM (Japão-Brasil-Moçambique):** um estudo de caso do programa de cooperação triangular para o desenvolvimento Agrícola da Savana tropical de Moçambique. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 64-89.

GOLDSTONE, Jack A. Introduction – Bridging intitutionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack A. (Ed.). **States, parties, and social movements.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 1-24.

GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990. Novos Estudos CEBRAP, v. 66, n. 66, p. 91-110, jul. 2003.

KUSS, Laís C. **A inclusão do ProSavana na Agenda da cooperação triangular Brasil-Japão-Moçambique**: Contexto externo, Relações Bilaterais e contexto doméstico brasileiro. 2017. 232 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LÜCHMANN, Lígia. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.
MANSBRIDGE, Jane et al. A Systematic Approach to deliberative democracy. In: PARKSON, John; MANSBRIDGE, Jane. **Deliberative Systems.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1-24.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Cooperação triangular para o desenvolvimento agrícola da Savana tropical em Moçambique**. Plano Diretor para o desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (versão provisória). Maputo: MASA, 2015.

_____. MASA procura consensos para implementação do ProSavana. Disponível em: http://www.masa.gov.mz/masa-procura-consensos-para-implementacao-do-prosavana/, acessado 09.05.2019

MOSCA, João (Coord.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015.

MONJANE, Boaventura. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica. Cadernos CERU, v. 27, n. 2, p. 144-155, dez. 2016.
MUTEIA, Hélder. Os desafios da agricultura familiar no mundo. In: MOSCA, João (Coord.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 17-21.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos Sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. SINAIS, v. 1, n. 9, p. 127-143, jun. 2011.

NÃO AO PROSAVANA. Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o programa ProSavana. Maputo, 2013. Disponível em: https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana. Acessado em 09.05.2019

_____. Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados. Maputo, 2016. Disponível em: https://www.farmlandgrab.org/post/view/26458-comunicado-conjunto-e-questionamentos--da-sociedade-civil-de-mocambique-brasil-e-japao-sobre-o-prosavana-com-relacao-aos-documentos-do-governo-recentemente-vazados. Acessado 09.05.2019

_____. Comunicado Urgente: Campanha "Não ao ProSAVANA" considera fraudulento o processo de Redesenho e de auscultações públicas do Plano Director do ProSAVANA. Maputo, 2016. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Comunicado-de-Imprensa-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-Final.pdf Acessado 09.05.2019

_____. Comunicado de Imprensa: Reunião sobre o Ponto de Situação do ProSavana. Maputo, 2018. Disponível em: http://www.livaningo.co.mz/wp-content/uploads/2018/04/Comunicado-de-Imprensa-Reuniao-sobre-o-Ponto-de-Situacao-do-Prosavana-1.pdf Acessado 10.05.2019

_____. COMUNICADO DE IMPRENSA: Campanha reitera sua posição contra o Prosavana em Moçambique. Maputo, 2018. Disponível em: https://adecru.files.wordpress.com/2018/06/comunicado-da-campanha-nao-ao-prosavana-final.pdf Acessado 10.05.2019

NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2009.

NEVES, Delma P. **Assentamento rural**: Reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998, pp. 147-168.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander C. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. Lua Nova, n.93, p. 61-91, 2014

SANTARELLI, Mariana. **Do Cerrado Brasileiro à Savana Moçambicana**: controvérsias da cooperação brasileira na promoção de uma nova revolução verde na África. 2016. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural de do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SCHLESINGER, Sérgio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África**: o caso do Pro-Savana em Moçambique. Maputo: FASE, 2013.

SHANKLAND, Alex, GONÇALVES, Euclides. Imagining Agricultural Development in South–South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA. World development. v. 81, p. 35-46, May. 2016.

SHANKLAND, Alex; GONÇALVES, Euclides; FAVARETO, Arilson. Social movements, agrarian change and the contestation of ProSAVANA in Mozambique and Brazil. Future Agricultures Consortium, Working paper n. 137, p. 3-32, Nov. 2016.

SILVA, Romeu da. **Fim do ProSavana**: uma oportunidade para o desenvolvimento agrícola em Moçambique? Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/fim-do-prosavana-uma-oportunidade-para-o-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-em-mo%C3%A7ambique/a-54339235?maca=pt-002-Whatsapp-sharing. Acessado: 06 Set. 2020.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. Social Science History, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.

THE WORLD BANK; FAO. **Awakening Africa's sleeping giant**: prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2009.

UNAC; GRAIN. **Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala**: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique. Barcelona: GRAIN, 2015.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio e Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.